

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA
HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E
COMÉRCIO**

entre

**HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E
COMÉRCIO**
como Emissora

e

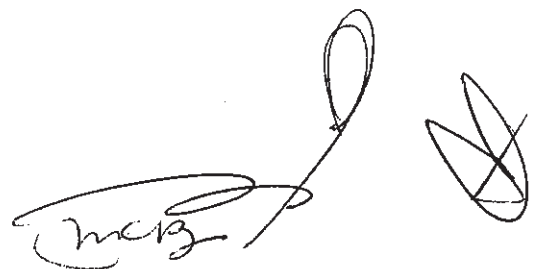
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

HENRIQUE BORENSTEIN
como Fiador

e, ainda,

MARIA DE CASTRO BORENSTEIN
como Interveniente Anuente

Datado de
03 de outubro de 2016



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, na qualidade de emissora,

HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO, sociedade anônima sem registro de companhia aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1145, 16º Andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 52.541.307/0001-01, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”);

e, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Debenturistas”);

na qualidade de fiador e principal pagador,

HENRIQUE BORENSTEIN, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.103.622 – SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 107.102.488-49, com endereço comercial na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1145, 16º Andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate, na qualidade de interveniente garantidor (“Garantidor” e/ou “Fiador”);

e ainda, na qualidade de Interveniente,

MARIA DE CASTRO BORENSTEIN, brasileira, casada, diretora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.591.355 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº

037.132.458-00, com endereço comercial na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1145, 16º Andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate, na qualidade de interveniente ("Interveniente");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e o Garantidor doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

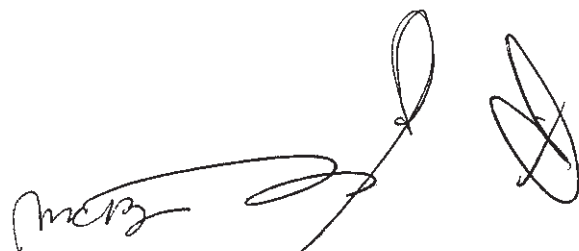
1.1. A emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e a oferta pública de distribuição, com esforços restritos, de Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), serão realizadas com base na deliberação da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 30 de setembro de 2016 ("AGE da Companhia").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos abaixo.

2.1. Dispensa de Registro na CVM

2.1.1. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme



alterada, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários, com esforços restritos, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM nº 476 ("Comunicação de Início" e "Comunicação de Encerramento", respectivamente).

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.2.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos, a Oferta poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 8º do Código ANBIMA, desde que sejam expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, até o momento do protocolo de comunicação de encerramento da Emissão na CVM.

2.3. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários

2.3.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Estado de São Paulo".

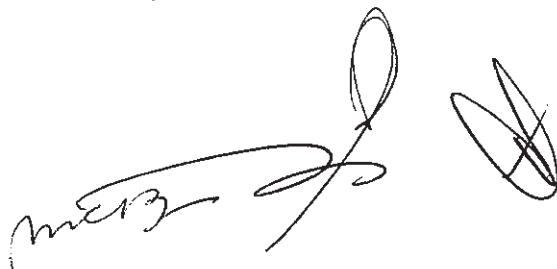
2.4. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial

2.4.1. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura será inscrita e seus aditamentos serão averbados na JUCESP. A Emissora entregará uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento.

2.4.2. Qualquer aditamento à presente Escritura deverá conter, em seu anexo, a versão consolidada dos termos e condições da Escritura, contemplando as alterações realizadas.

2.5. Registro das Garantias

2.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude da Fiança avençada na Cláusula 3.5.2 abaixo, a Emissora deverá, no



prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão e/ou de eventual aditamento, conforme o caso, apresentar a presente Escritura de Emissão e/ou, conforme o caso, a registro junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, sendo certo que a Emissora deverá obter o registro da presente Escritura de Emissão e/ou eventuais aditamentos, conforme o caso, nos cartórios competentes no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da referida data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento em até 05 (cinco) Dias Úteis após a obtenção dos respectivos registros.

2.5.2. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, até a Data de Emissão (conforme definido abaixo), o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) deverá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, da comarca de domicílio das partes signatárias, na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

2.5.2.1. Uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ou de seus eventuais aditamentos devidamente e registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados da data do respectivo registro.

2.5.3. Adicionalmente ao disposto na Cláusula 2.5.2 acima, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e, em todo caso, até a Data de Emissão, o Garantidor deverá: (i) notificar a instituição financeira responsável pela escrituração dos Ativos Alienados Fiduciariamente (conforme abaixo definido) para que essa realize a averbação da alienação fiduciária dos Ativos Alienados Fiduciariamente, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) fazer, por meio de seu agente de custódia, com que a alienação fiduciária dos Ativos Alienados Fiduciariamente seja averbada junto ao Sistema de Ônus e Gravames da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA” e “SOG”, respectivamente), conforme os Ativos Alienados Fiduciariamente estejam ou não custodiadas na central depositária da BM&FBOVESPA.

2.5.3.1. A obrigação do Garantidor prevista na Cláusula 2.5.3 acima será comprovada ao Agente Fiduciário mediante a entrega de extrato da conta de custódia e, se for o caso, declaração da instituição financeira responsável pela escrituração dos Ativos Alienados Fiduciariamente, atestando a averbação da alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário, ou da averbação junto ao SOG.

2.6. Depósito para Distribuição e Negociação

2.6.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP; e
- (c) custódia eletrônica na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Companhia

3.1.1. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social a administração de bens imóveis próprios, participação em outras sociedades na qualidade de quotista ou acionista e compra e venda de imóveis.

3.2. Número da Emissão

3.2.1 As Debêntures representam a segunda emissão de debêntures da Companhia.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

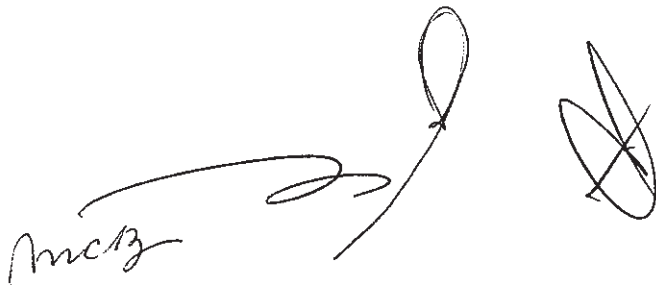
3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Garantias

3.5.1. Alienação Fiduciária de Ações

3.5.1.1. Em garantia do pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pelo Garantidor nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custó ou despesa comprovadamente e razoavelmente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (“Obrigações Garantidas”), será constituída, até a Data de Integralização, a alienação fiduciária de 7.750.000 (sete milhões setecentos e cinquenta mil) ações preferenciais de emissão do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), ticker BBDC4, de titularidade do Garantidor (“Ações Alienadas Fiduciariamente”), e respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que, de qualquer outra forma, vierem a ser distribuídos pelo Bradesco, observados o disposto na Cláusula 1.1.2 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (“Direitos Alienados Fiduciariamente” e, em conjunto com as Ações Alienadas Fiduciariamente, “Ativos Alienados Fiduciariamente”), sendo que, tais Ativos Alienados Fiduciariamente representam, nesta data, pelo menos 150% (cento e cinquenta por cento) do Valor Total da Emissão (“Alienação Fiduciária de Ações”). A Alienação Fiduciária de Ações será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de acordo com os termos condições do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Garantidor, o Agente de Garantias (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações), o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”).

Handwritten signature and a circular stamp with a cross inside.

3.5.2. Garantia Fidejussória

3.5.2.1. O Fiador, neste ato, se obriga, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiador, principal pagador das Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 825, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 130 e 794 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil") ("Fiança").

3.5.2.2. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento das Obrigações Garantidas. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

3.5.2.2.1. O Fiador se obriga a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Companhia venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, honrar a Fiança no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado a partir do recebimento de notificação, com aviso de recebimento, enviada pelo Agente Fiduciário informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas pela Companhia, fora do âmbito da CETIP.

3.5.2.3. A Fiança aqui referida é prestada em caráter irrevogável e irretratável e entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

3.5.2.4. O Fiador, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado no âmbito das Debêntures e nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (ii) caso a Companhia esteja em mora no cumprimento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e o Fiador seja reembolsado pela Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado no âmbito das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos

Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, repassar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

3.5.2.5. Todos e quaisquer pagamentos realizados em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo o Fiador pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

3.5.2.6. Nenhuma objeção ou oposição da Companhia poderá ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, salvo na hipótese de suspensão da exigibilidade das obrigações aqui previstas por decisão judicial.


3.5.2.7. A Fiança poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

3.5.2.8. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta.

3.5.2.9. A Sra. Maria de Castro Borenstein, cônjuge do Sr. Henrique Borenstein, consente com a prestação da presente Fiança, nos termos do inciso III, do artigo 1.647 do Código Civil, por meio de sua interveniência e oposição de sua assinatura ao final desta Escritura.

3.6. Procedimento de Distribuição

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Debêntures (“Coordenador Líder”), nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Hélio Borenstein S.A. – Administração,

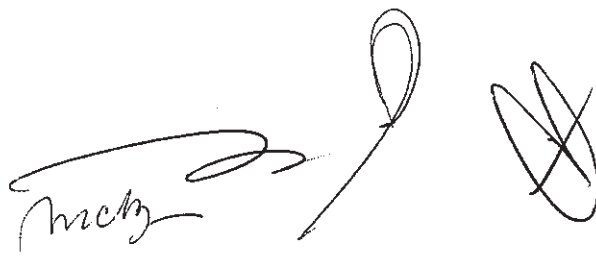
The block contains two handwritten signatures and a set of initials. The signature on the left is written in cursive and appears to be 'Muelz'. To its right is a long, thin, looping signature. Further to the right is a circular mark containing a cross, resembling a stylized 'X' or a specific set of initials.

Participações e Comércio”, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Colocação”).

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar conjuntamente, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM no 539” e “Instrução CVM no 554”, respectivamente) e para fins da Oferta, serão considerados:

- (a) “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (b) “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM no 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

The block contains three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'Machy'. In the center, there is a large, stylized signature or initial. On the right, there is a circular stamp or mark with a cross inside.

3.6.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando, dentre outros: (i) que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora; (ii) a sua condição de Investidor Profissional, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; e (iii) que estão cientes, entre outras coisas, de que: (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM, e que poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.2.1 acima, desde que expedidas diretrizes específicas pela ANBIMA até a data da Comunicação de Encerramento; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições desta Escritura.

3.6.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer Investidor Profissional, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Profissionais que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Profissionais nesse período.

3.6.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, independentemente da ordem cronológica.

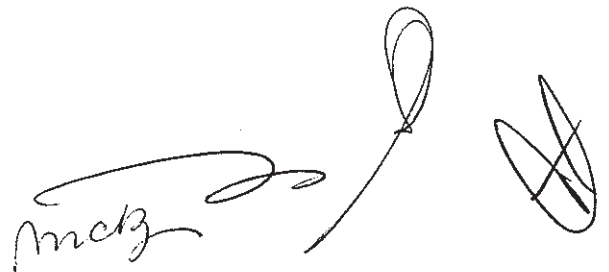
3.6.5. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas ou controladores diretos ou indiretos da Emissora.

3.6.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador

3.7.1. A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.7.2. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

The block contains three handwritten signatures or initials in black ink. The first is a cursive signature that appears to be 'mcb'. The second is a large, stylized looped signature. The third is a circular mark with a diagonal line through it, possibly a stamp or a specific signature.

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para a realização de aumento de capital em sociedades controladas pela Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 03 de outubro de 2016 ("Data de Emissão").

4.2. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade

4.2.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme o caso, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.3. Conversibilidade

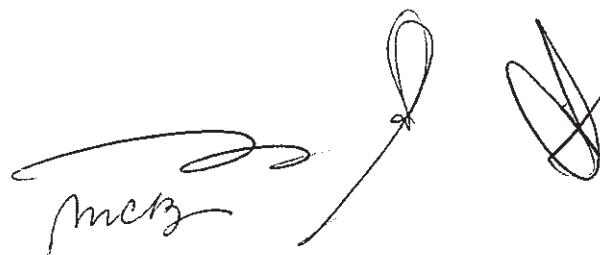
4.3.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia adicional fidejussória.

4.5. Prazo e Data de Vencimento

4.5.1. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura

The block contains three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'mcbz'. To its right is a long, thin, curved line. On the far right is a circular stamp or signature, possibly containing the letters 'AB'.

de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 06 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 03 de outubro de 2022 ("Data de Vencimento").

4.6. Valor Nominal Unitário

4.6.1. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.7. Quantidade de Debêntures

4.7.1. Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures.

4.8. Forma de Subscrição e de Integralização

4.8.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Primeira Data de Integralização"). Caso qualquer Debênture venha ser subscrita e integralizada em data posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá ser feita pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização.

4.8.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.8.2. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que seja aplicado à totalidade das Debêntures.

4.9. Atualização Monetária

4.9.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.10. Remuneração

4.10.1. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação

The image shows three handwritten signatures or initials in black ink at the bottom right of the page. The first signature is a cursive 'MCTB'. The second is a stylized signature with a large loop. The third is a circular stamp or signature.

acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 03 de janeiro de 2017 e o último, na Data de Vencimento das Debêntures. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

J = valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

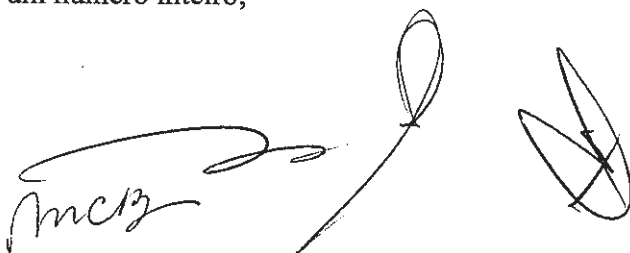
$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

FatorDI = Produtório das Taxas DI, da Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data de cálculo, excluindo-a, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k), \text{ onde:}$$

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;



TDI_k = Taxa DI, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = *Spread* de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

spread = 2,8000;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização ou último pagamento, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

4.10.1.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

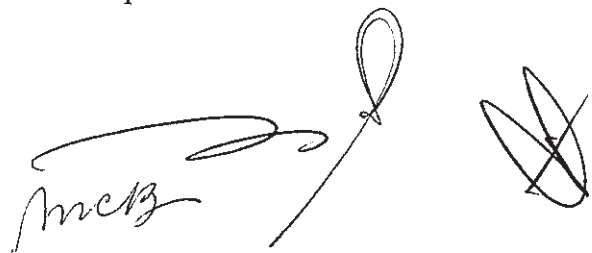
4.10.1.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.10.1.13. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.10.1.4. O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.10.1.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

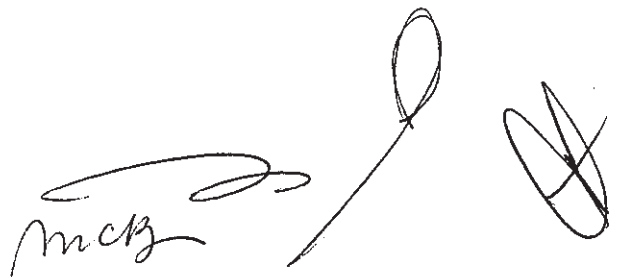
4.10.2. Observado o disposto na Cláusula 4.10.3 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de



Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, o Garantidor e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.10.3. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia, o Garantidor e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.10.4. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Companhia e o Garantidor, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

The bottom of the page features three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'mcb'. In the center, there is a long, sweeping horizontal line. On the right, there is a circular stamp or signature, possibly containing the letter 'A'.

4.10.5. O Garantidor desde já concorda com o disposto nesta Cláusula IV, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia e ao Garantidor de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. O Garantidor, desde já, concorda e se obriga a firmar o respectivo aditamento à presente Escritura de Emissão, mantendo-se as disposições da presente Escritura de Emissão que não forem alteradas pelo aditamento.

4.11. Pagamento da Remuneração

4.11.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial (conforme abaixo definido) ou Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 03 de janeiro de 2017, e os demais pagamentos devidos sempre nos dias 03 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, até Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento de Remuneração”).

4.11.2. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento de Remuneração previsto na Escritura de Emissão.

4.12. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.12.1. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, devidas sempre nos dias 03 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 03 de outubro de 2018, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Amortização das Debêntures”):

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual Amortizado Calculado sobre o Valor Nominal da Emissão
1ª	03 de outubro de 2018	5,880%
2ª	03 de janeiro de 2019	5,880%
3ª	03 de abril de 2019	5,880%
4ª	03 de julho de 2019	5,880%



5 ^a	03 de outubro de 2019	5,880%
6 ^a	03 de janeiro de 2020	5,880%
7 ^a	03 de abril de 2020	5,880%
8 ^a	03 de julho de 2020	5,880%
9 ^a	03 de outubro de 2020	5,880%
10 ^a	03 de janeiro de 2021	5,880%
11 ^a	03 de abril de 2021	5,880%
12 ^a	03 de julho de 2021	5,880%
13 ^a	03 de outubro de 2021	5,880%
14 ^a	03 de janeiro de 2022	5,880%
15 ^a	03 de abril de 2022	5,880%
16 ^a	03 de julho de 2022	5,880%
17 ^a	03 de outubro de 2022	5,920%

4.12.2. Caso a Emissora venha realizar Amortização Extraordinária Parcial, os percentuais de amortização programada serão calculados tendo como base o saldo do valor nominal, sem necessidade de efetuar aditamento a escritura de emissão.

4.13. Local de Pagamento

4.13.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pelo Garantidor, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, serão realizados: (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Antecipada e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (iii) pelo Garantidor, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso.

4.14. Prorrogação dos Prazos

4.14.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo (“Dia Útil”) subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos,

exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.15. Encargos Moratórios

4.15.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelo Garantidor aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou nos demais documentos da Emissão e da Oferta, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) (“Encargos Moratórios”).

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.17. Repactuação Programada

4.17.1. Não haverá repactuação programada.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no DOESP e no jornal “O Estado de São Paulo” (“Aviso aos Debenturistas”), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://ri.helbor.com.br/hbsa>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente

Fiduciário e a CETIP a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

4.19. Imunidade Tributária

4.19.1. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.20. Classificação de Risco

4.20.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Debêntures.

CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Facultativo

5.1.1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, desde que com aviso prévio aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis para a data do evento ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor do resgate (sendo que o valor do resgate significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there are initials that appear to be 'MCB'. To the right of these, there are two larger, more elaborate signatures. The first is a long, sweeping signature that extends across the bottom of the page. The second is a circular signature with a cross through it, located further to the right.

imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), determinado conforme tabela abaixo (“Resgate Antecipado Facultativo Total”):

Data do Resgate Antecipado Facultativo Total	Valor do Prêmio Flat de Resgate (%)
Período compreendido entre a Data de Emissão (exclusive) e 03 de outubro de 2018 (inclusive)	1,00%
Período compreendido entre 03 de outubro de 2018 (exclusive) e 03 de outubro de 2019 (inclusive)	0,40%
Período compreendido entre 03 de outubro de 2019 (exclusive) e 03 de outubro de 2020 (inclusive)	0,35%
Período compreendido entre 03 de outubro de 2020 (exclusive) e 03 de outubro de 2021 (inclusive)	0,30%
Período compreendido entre 03 de outubro de 2021 (exclusive) e 03 de outubro de 2022 (inclusive)	0,25%

5.1.2. A Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total prevista na Cláusula 5.1.1 acima deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total, incluindo (a) o valor do prêmio de Resgate Antecipado Total, conforme a tabela da Cláusula 5.1.1 acima; (b) a data efetiva do Resgate Antecipado Total; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total das Debêntures.

5.1.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

5.1.5. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.2. Oferta de Resgate Antecipado

5.2.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a

todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado").

5.2.2. A Emissora realizará a Oferta Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 acima ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures; (b) caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures, a quantidade de Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso III abaixo; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso I abaixo; (f) a data efetiva para o resgate antecipado das Debêntures; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures;

- I. após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo e forma dispostos na comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- III. caso a Companhia opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de

The block contains three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to read 'mca3'. In the center, there is a large, stylized signature or initial. On the right, there is a circular mark with a diagonal line through it, possibly a stamp or another signature.

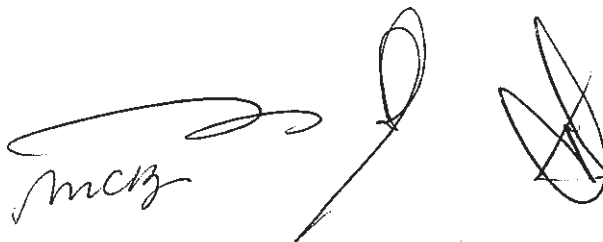
Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio;

- IV. com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será realizado por meio dos procedimentos do Escriturador.

5.3. Amortização Extraordinária

5.3.1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, desde que com aviso prévio aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 acima, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis para a data do evento ("Comunicação de Amortização Extraordinária Parcial"), realizar amortizações extraordinárias antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor da amortização (sendo que o valor da amortização significa a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), determinado conforme tabela abaixo ("Amortização Extraordinária Parcial"):

Data da Amortização Extraordinária Parcial	Valor do Prêmio <i>Flat</i> de Amortização Extraordinária (%)
Período compreendido entre a Data de Emissão (exclusive) e	1,00%



03 de outubro de 2018 (inclusive)	
Período compreendido entre 03 de outubro de 2018 (exclusive) e 03 de outubro de 2019 (inclusive)	0,40%
Período compreendido entre 03 de outubro de 2019 (exclusive) e 03 de outubro de 2020 (inclusive)	0,35%
Período compreendido entre 03 de outubro de 2020 (exclusive) e 03 de outubro de 2021 (inclusive)	0,30%
Período compreendido entre 03 de outubro de 2021 (exclusive) e 03 de outubro de 2022 (inclusive)	0,25%

5.3.2. A Comunicação de Amortização Extraordinária Parcial prevista na Cláusula 5.3.1 acima deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária Parcial, incluindo (a) o valor do prêmio de Amortização Extraordinária Parcial, conforme a tabela da Cláusula 5.3.1 acima; (b) a data efetiva da Amortização Extraordinária Parcial; e (c) demais informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Parcial das Debêntures.

5.3.3. Caso ocorra a Amortização Extraordinária Parcial de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Extraordinária Parcial também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.3.4. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.4. Aquisição Facultativa

5.4.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula V, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

The bottom of the page features several handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'MCTB'. To its right is a large, stylized loop. Further right is a circular stamp or mark with a diagonal line through it.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. Sujeito ao disposto na Cláusula 6.2, 6.3 e seguintes abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pelo Garantidor, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

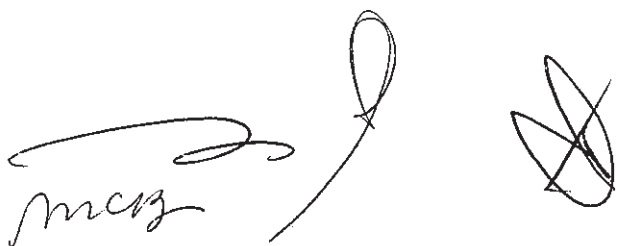
6.1.1.1. Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.2 abaixo:

- I. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo inadimplemento;
- II. invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão, da Fiança e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- III. questionamento judicial, pela Emissora e pelo Garantidor desta Escritura de Emissão, da Fiança, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou da Alienação Fiduciária de Ações;
- IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, desta Escritura de Emissão e/ou pelo Garantidor de qualquer de suas obrigações nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, exceto se (a) previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula IX abaixo; ou (b) previsto entre as exceções do item no "V" da cláusula 6.1.1.2. abaixo; e

- V. ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (d) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido.

6.1.1.2. Constituem Eventos de Inadimplemento não automáticos que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3. abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato Alienação Fiduciária de Ações, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- II. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura de Emissão;
- III. não constituição da Alienação Fiduciária das Ações, nos termos e prazos previstos na Cláusula 3.5.1 e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- IV. questionamento judicial, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora e/ou pelo Garantidor ("Controlada"), por qualquer coligada da Emissora, e/ou por qualquer terceiro, desta Escritura de Emissão, da Fiança e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou da Alienação Fiduciária de Ações, não sanado de forma definitiva no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data em que a Emissora e/ou o Garantidor tomarem ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial e, desde que o objeto de tal questionamento judicial afete a capacidade da Emissora e/ou

The block contains two handwritten signatures. The signature on the left is written in cursive and appears to be 'mcaz'. The signature on the right is a stylized, circular mark with a cross inside, possibly representing a company or a specific role.

do Garantidor em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

- V. com relação aos Ativos Alienados Fiduciariamente e/ou a qualquer dos direitos a estas inerentes, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pela Alienação Fiduciária de Ações), em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, exceto se, no caso de cessão, venda, alienação, transferência, permuta de quaisquer dos Ativos Alienados Fiduciariamente em conjunto ou separadamente, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, forem realizadas para pessoas diretamente relacionadas ao Garantidor, incluindo cônjuge, herdeiros diretos e/ou parentes até o 2º (segundo) grau ("Familiares"), e/ou sociedades controladas diretamente por qualquer um dos Familiares, sendo certo que, em qualquer hipótese, o Familiar adquirente de quaisquer dos Ativos Alienados Fiduciariamente deverá ratificar a Alienação Fiduciária de Ações por meio da celebração de aditamento ao referido contrato, bem como deverá celebrar aditamento à presente Escritura na qualidade de fiador solidário em conjunto com o Garantidor, nos termos da Cláusula 3.5.2 acima;
- VI. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores da Alienação Fiduciária de Ações;
- VI. transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

The block contains two handwritten signatures. The signature on the left is written in cursive and appears to be 'mcbz'. The signature on the right is a stylized, circular mark with a cross through it.

- VII. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada direta da Emissora, exceto se realizado exclusivamente entre Controladas da Emissora;
- VIII. redução de capital social da Emissora, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na Data de Emissão, nos termos da lei e/ou se aprovada por Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas que representem pelo menos a maioria simples das Debêntures em Circulação;
- IX. alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada direta da Emissora;
- X. alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer Controlada direta da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Companhia e/ou de qualquer Controlada direta da Emissora;
- XI. não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças necessárias para a atividade da Emissora;
- XII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelo Garantidor nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou nos demais documentos da Emissão é falsa ou materialmente incorreta;
- XIII. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelo Garantidor (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se Emissora comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado ou garantido pela Emissora;

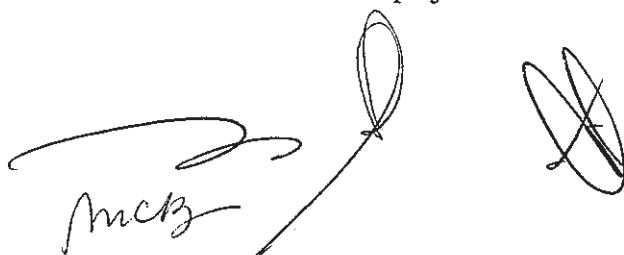
The block contains two handwritten elements. On the left is a signature that appears to read 'M. C. B.' followed by a long, sweeping horizontal line. To the right of the signature is a circular stamp or seal, which is partially obscured by the signature's line and another scribble.

- XIV. vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora ou do Garantidor (ainda que na condição de garantidora), em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- XV. protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou o Garantidor (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, a Emissora e/ou o Garantidor comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do protesto que: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros; e (ii) o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- XVI. protesto legítimo de títulos contra qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) da dívida bruta de qualquer Controlada direta da Emissora, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do protesto que: (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros; e (b) o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- XVII. existência, de qualquer decisão judicial final e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a qual a Emissora, o Garantidor não tenham apresentado garantia idônea, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- XVIII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de seus ativos em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- XIX. distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora e/ou o Garantidor estejam em mora com: (a) qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer de suas obrigações não pecuniárias estabelecidas

no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme o caso, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão;

- XX. atuação, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, em desconformidade com as normas que lhe são aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (em conjunto "Leis Anticorrupção"), determinada por decisão judicial;
- XXI. vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira de qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora), em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, que represente mais do que 10% (dez por cento) da dívida bruta da respectiva Controlada;
- XXII. inadimplemento de qualquer dívida ou obrigação que represente mais do que 10% (dez por cento) da dívida bruta de qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora), salvo se a respectiva Controlada comprovar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado ou garantido pela Controlada; e
- XXIII. liquidação, dissolução ou extinção de qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora), exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; (b) decretação de falência de qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora); (c) pedido de autofalência formulado por qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora); (d) pedido de falência de qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora), formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial de qualquer Controlada direta da Emissora (ainda que na condição de garantidora), independentemente do deferimento do respectivo pedido.

6.2. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.1.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Sem prejuízo do

The block contains a handwritten signature that appears to be 'mcb' in cursive. To the right of the signature are two circular stamps or marks, one of which is partially obscured by the signature's flourish.

vencimento automático, o Agente Fiduciário, assim que ciente, enviará à Emissora comunicação escrita, informando tal acontecimento.

6.3. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.3.1. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, por ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.3.2. Em caso do vencimento antecipado, declarado pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios, sendo certo que, tal pagamento é devido pela Emissora deste a data da declaração do vencimento antecipado, podendo os Debenturistas adotar todas as medidas necessárias para a satisfação do seu crédito, independente de qualquer prazo operacional necessário para o resgate das Debêntures.

6.4. Renúncia ou Perdão Temporário (*Waiver*) Prévio

6.4.1. Não obstante o disposto nesta Cláusula VI, a Emissora poderá, a qualquer momento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes deliberem sobre a renúncia ou o perdão temporário prévio (pedido de *waiver* prévio) de qualquer Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 6.1. acima que dependerá da aprovação de

The bottom of the page features two handwritten signatures. On the left, there is a signature that appears to be 'mcb' followed by a large, stylized flourish. On the right, there is another signature consisting of a large, loopy 'X' or 'A' shape.

Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação e regulamentação aplicável, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora, de forma solidária com o Garantidor, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 7.2 abaixo, obriga-se, ainda, a:

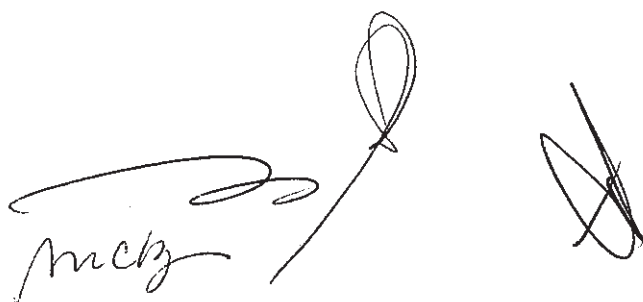
- I. informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido relatório do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- II. cumprir com as seguintes obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, fornecendo ao Agente Fiduciário os respectivos documentos, conforme o caso:
 - a. preparar as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b. submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social à auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - c. no prazo de 03 (três) meses contados da data de encerramento do seu exercício social, divulgar em sua página na internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer de auditores independentes;
 - d. por um prazo de 03 (três) anos contados da respectiva Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea “c” acima em sua página na internet;

Handwritten signature 'mcb' and a circular stamp.

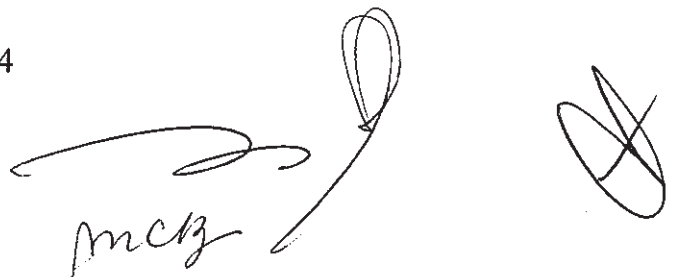
- e. observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- f. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- g. fornecer as informações solicitadas pela CVM;

III. fornecer ao Agente Fiduciário:

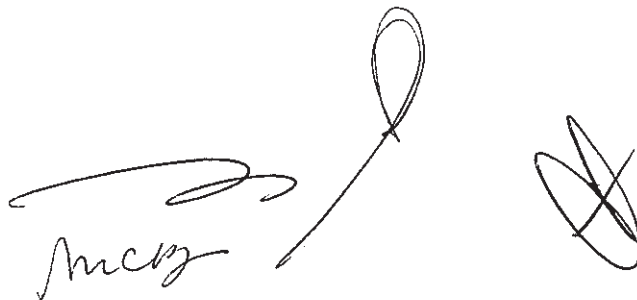
- a. no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- b. no prazo de até 01 (um) Dia Útil contado da data em que tomar ciência da sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- c. no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- d. no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause (i) um impacto financeiro igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na situação financeira da Companhia; (ii) independentemente do valor, qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e/ou do Garantidor; (iii) um impacto financeiro igual ou superior a 10% (dez por cento) da dívida bruta da respectiva Controlada direta da Emissora; e/ou (iii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia e/ou do Garantidor de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (“Efeito Adverso Relevante”);

The block contains two handwritten signatures. The signature on the left is a cursive script that appears to read 'mcbz'. To its right is a large, stylized circular flourish. Further to the right is a smaller, more compact signature or set of initials.

- e. no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - f. no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP e os competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
 - g. no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data da disponibilização pela JUCESP e/ou pelos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos devidamente registrados; e
 - h. no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Emissora e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura.
- IV. cumprir as determinações da CVM e da CETIP;
- V. manter órgão para atender aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- VI. não realizar operações fora do seu objeto social, sem a respectiva aprovação societária;
- VII. não praticar atos em desacordo com seu estatuto social ou a Escritura;
- VIII. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- IX. manter e fazer com que as Controladas diretas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

The page features two handwritten elements at the bottom right. On the left is a signature that appears to read 'mcb' in a cursive script. To its right is a circular stamp or seal, also handwritten, which contains some illegible text or a logo.

- X. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- XI. manter válidas e regulares as declarações e garantias apresentadas na Escritura;
- XII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- XIII. realizar o recolhimento de todos os tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XIV. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- XV. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou que possa afetar a capacidade de pagamento das Debêntures;
- XVI. convocar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XVII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XVIII. consolidar a Escritura sempre que for celebrado um aditamento, bem como enviar cópia da Escritura ou, no caso de aditamento, de sua consolidação, para a ANBIMA, em até 15 (quinze) dias contados de sua assinatura; e
- XIX. celebrar aditamentos, em conjunto com o Agente Fiduciário, à presente Escritura e ao Contrato de Alienação Fiduciária, objetivando a transferência dos Ativos Alienados Fiduciariamente na forma da alínea "V" do item 6.1.1.2, acima.

The block contains three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'Mury'. In the center, there is a long, vertical, looping signature. On the right, there is a circular stamp or mark with a diagonal line through it.

7.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e na legislação e regulamentação aplicável, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, o Garantidor, de forma solidária com a Emissora, obriga-se, ainda, a:

- I. cumprir as determinações da CVM e da CETIP;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- III. manter válidas e regulares as declarações e garantias apresentadas na Escritura; E
- IV. reforçar a Alienação Fiduciária de Ações na hipótese previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de acordo com os prazos e condições indicados no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

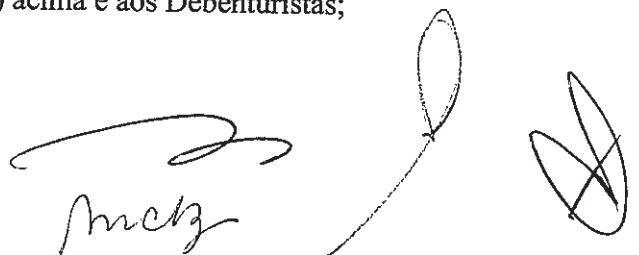
8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declarações

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- a. não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

- c. conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- f. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- g. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- h. ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- i. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- j. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- k. que também atua, nesta data, como agente fiduciário na Terceira Emissão Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Helbor Empreendimentos S.A., com vencimento em 10 de dezembro de 2020, em que foram emitidas 150 (cento e cinquenta) debêntures, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, tendo, contudo, ocorrido eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.
- l. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na alínea (k) acima e aos Debenturistas;




- m. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações da Emissora ora prestadas; e
- n. que a Alienação Fiduciária de Ações representa, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, pelo menos 150% (cento e cinquenta por cento) do Valor Total da Emissão, considerando o Valor de Mercado dos Ativos Alienados Fiduciariamente, na Data de Emissão.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e da presente Escritura.

8.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

The bottom of the page features three handwritten marks. On the left is a signature that appears to read 'Maz'. In the center is a large, stylized circular flourish or signature. On the right is another signature, possibly 'A. B.', written in a cursive style.

8.2.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.6 Os serviços previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.


8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 08 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser (i) arquivado na JUCESP; e (ii) averbado à margem do registro desta Escritura, em até 20 (vinte) dias, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

Three handwritten signatures in black ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a cursive 'mcbz'. The second is a large, stylized loop. The third is a signature with a large 'X' or 'A' shape.

8.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

8.4. Obrigações

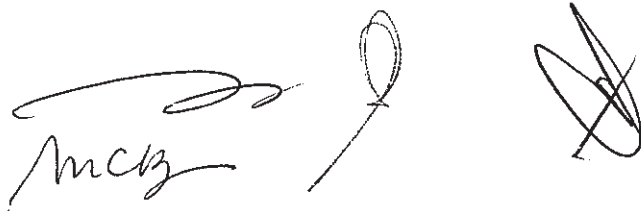
8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem obrigações do Agente Fiduciário:

- a. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;
- c. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- d. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- e. verificar a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, sem prejuízo de descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando eventuais lacunas e irregularidades;
- g. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

The bottom of the page features three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'mcbz'. In the center, there is a large, stylized circular mark, possibly a signature or a stamp. On the right, there is another stylized circular mark, possibly a signature or a stamp.

- h. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i. solicitar, quando considerar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- j. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula IX;
- l. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - m.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

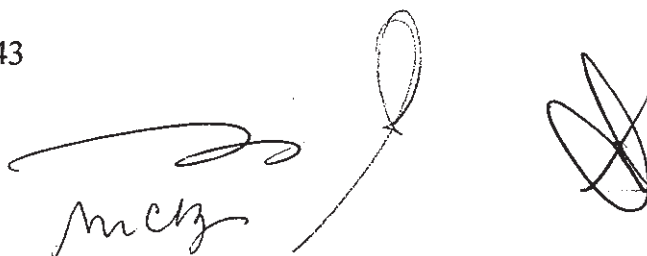
- m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - m.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
 - m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- n. disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1) na sede da Emissora;
 - n.2) na sede do Agente Fiduciário;
 - n.3) na CVM;
 - n.4.) na CETIP; e
 - n.5.) no endereço da instituição financeira que atuou como Coordenador Líder na colocação das Debêntures.
- o. comunicar aos Debenturistas, nos termos do da Cláusula 4.18 acima, que o relatório mencionado na alínea (m) se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n);
- p. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, sendo que a Emissora e os Debenturistas (estes a partir da data de subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures) autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem às solicitações do Agente Fiduciário que sejam necessárias ao cumprimento desta alínea (p);
- q. conforme necessário, orientar a Emissora no resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura;

The block contains three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'MCB' followed by a flourish. In the center, there is a large, stylized loop or flourish. On the right, there is a signature that looks like 'A' or 'B' with a large loop.

- r. fiscalizar o cumprimento do previsto nesta Escritura, inclusive das obrigações de fazer e não fazer, através de documentos e informações fornecidas pela Emissora, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- s. acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e agir conforme estabelecido nesta Escritura;
- t. acompanhar o resgate e a amortização extraordinária das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- u. acompanhar e validar o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos titulares das Debêntures e à própria Emissora através de seu website;
- v. acompanhar a obrigação da Emissora do envio da Escritura e posteriores consolidações à ANBIMA, devendo proceder com o respectivo envio, caso a Emissora não o faça;
- w. trimestralmente, a partir da Data de Emissão, efetuar o controle do Valor de Mercado das Ações em relação ao Saldo Devedor, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, adotando todas os procedimentos necessários para reforçar a garantia ou liberar Ativos Alienados Fiduciariamente, de acordo com os limites ali previstos e as condições e os prazos indicados no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e
- x. celebrar aditamentos à presente Escritura e ao Contrato de Alienação Fiduciária, conjuntamente com a Emissora, nos termos previstos na alínea XIX da Cláusula 7.1, objetivando a transferência dos Ativos Alienados Fiduciariamente na forma da alínea "V" do item 6.1.1.2, acima.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

The bottom of the page features several handwritten marks. On the left, there are initials that appear to be 'mchz'. To the right of these, there is a large, loopy signature. Further to the right, there is another signature that looks like a stylized 'A' or 'B' with a cross through it.

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. executar garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- c. requerer a falência da Emissora;
- d. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- e. representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) da Cláusula 8.5.1 acima.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- a. de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- b. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a signature that appears to be 'M. C. B.'. To its right is a large, stylized signature. Further right is another signature, and on the far right is a circular stamp or seal with some illegible text inside.

garantias, caso sejam concedidas; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, caso sejam concedidas; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

- c. No caso de celebração de aditamentos a escritura de emissão bem como nas horas externas ao escritório da Oliveira Trust, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviço;
 - d. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento;
 - e. As parcelas dos itens a, b e c acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da data de emissão; e
 - f. acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento).
- II. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos investidores. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora;



- III. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos investidores, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos investidores. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos investidores, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

9.1.1. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

9.2. Convocação e Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.2.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes nos jornais indicados nesta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 08 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer

Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 05 (cinco) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.2.4. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.2.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão representantes eleitos pelos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.4. Quórum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titulares de Debêntures ou não.

9.4.1.1 Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; (c) sociedades sobre controle comum; e (d) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

9.4.2. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão.

9.4.3. As hipóteses de alteração (i) dos quóruns e disposições previstos nesta cláusula, (ii) da Remuneração, (iii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iv) da Data de



Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Parcial das Debêntures; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (vii) dos Eventos de Inadimplemento; e/ ou (viii) modificação da Alienação Fiduciária de Ações dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

9.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA X

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR

10.1. A Emissora e o Garantidor, de forma individual e solidária, neste ato, declaram que:

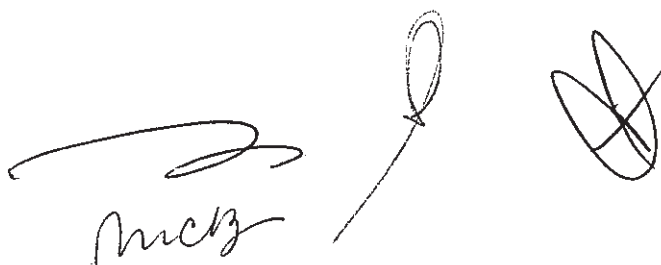
- I. a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. a Emissora é plenamente capaz para cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- III. o Garantidor é plenamente capaz para a prática de todos os atos da vida civil e cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, e o estado civil do Garantidor é casado em regime de comunhão universal de bens;
- IV. a Emissora está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas

as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

- V. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável, e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- VI. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e do Garantidor, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VII. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de que são parte e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou o Garantidor seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou o Garantidor seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Emissora e/ou do Garantidor, exceto pela Alienação Fiduciária de Ações; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou do Garantidor e/ou qualquer de seus respectivos ativos estejam sujeitos; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou o Garantidor e/ou qualquer de seus respectivos ativos;
- VIII. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- IX. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora e do Garantidor, em observância ao princípio da boa-fé;



- X. não omitiu qualquer fato que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou do Garantidor;
- XI. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- XII. está em cumprimento com as Leis Anticorrupção e demais legislações relativas aplicáveis;
- XIII. as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- XIV. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- XV. não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que possa afetar a Emissão ou os negócios da Emissora;
- XVI. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- XVII. inexistem, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar,

The block contains three handwritten marks. On the left is a signature that appears to be 'Michele'. In the center is a vertical line with a loop at the top. On the right is a circular stamp or mark with a diagonal line through it.

questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

XVIII. possui, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas em processo tempestivo de renovação ou questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e

XIX. esta Escritura foi elaborada com base no “Guia ANBIMA - Orientação para Escrituras de Debêntures”, datado de 29 de outubro de 2015 e atende as diretrizes ali estabelecidas.

10.2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

10.3. A Emissora e o Garantidor, de forma solidária, irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3 acima, a Emissora e o Garantidor obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

CLÁUSULA XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1145, 16º Andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate

At.: Sr(a). Roberval Lanera Toffoli

Tel.: (11) 4795-8555

Fax: (11) 4724-8831

E-mail: roberval.toffoli@helbor.com.br

Para o Garantidor:

HENRIQUE BORENSTEIN

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1145, 16º Andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate

At.: Sr. Henrique Borenstein

Tel.: (11) 4795-8555

Fax: (11) 4724-8831

E-mail: henrique.borenstein@helbor.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown

CEP: 22640-100

Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

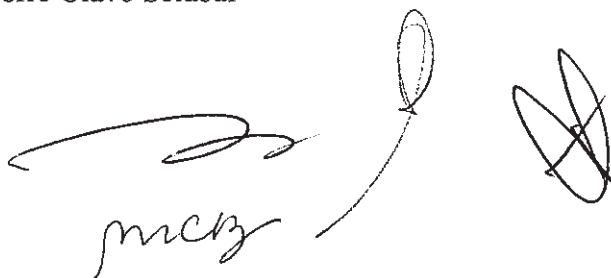
Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br/ ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a signature that appears to be 'mcbz'. To its right, there is a large, stylized signature that looks like a capital 'O' with a long horizontal stroke extending to the left. Further to the right, there is another signature that resembles a capital 'A' with a loop. These are likely the signatures of the parties involved in the document.

CEP: 04344-902, São Paulo – SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel.: (11) 2740-2596
E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP: 04538-132, São Paulo – SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel.: (11) 2740-2596
E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

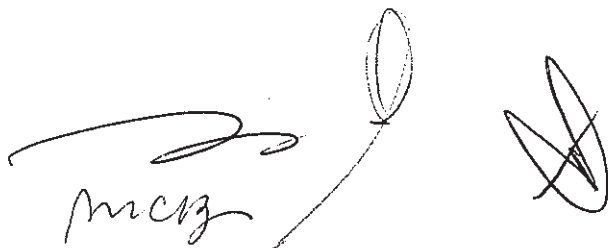
Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Alameda Xingu, nº 350, Edifício iTower, 1º andar – Alphaville
CEP 06455-030 – Barueri – SP
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1477
Fax: (11) 3111-1475

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

11.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

The block contains three handwritten marks. On the left, there is a signature that appears to be 'mcrz' with a long horizontal stroke extending to the right. In the center, there is a large, loopy circular mark. On the right, there is a stylized signature or set of initials.

11.3. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão, a Oferta, a formalização da Alienação Fiduciária de Ações e/ou dos demais documentos da Oferta e/ou com a execução de valores devidos nos termos destes documentos publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

11.4. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário, inscritos na JUCESP e averbados à margem do registro desta Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos das Cláusulas 2.4.1 acima.

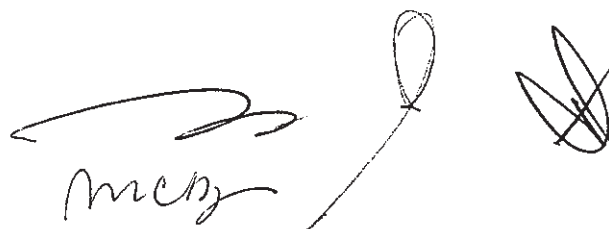
11.6. Outras Disposições

11.6.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.6.2. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

11.6.3. A Emissora desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder a qualquer título.

11.6.4. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o

The block contains three handwritten signatures or initials. On the left, there is a signature that appears to be 'mcbj'. In the center, there is a large, stylized signature that looks like a capital 'D' with a long horizontal stroke. On the right, there is a signature that appears to be a capital 'A' with a cross through it.

objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6.5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6.6. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

11.6.7. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

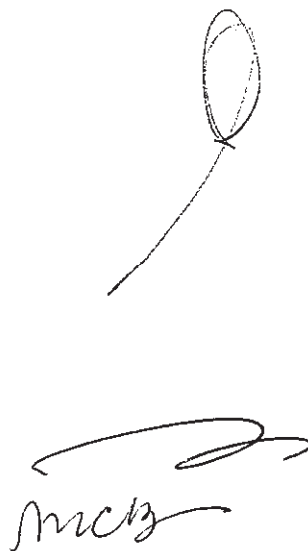
11.7. Correrão por conta da Emissora e do Garantidor todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, da Fiança e/ou da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, à Fiança e/ou à Alienação Fiduciária de Ações.

11.8. Lei Aplicável

11.8.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro

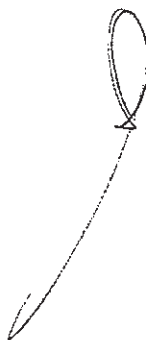
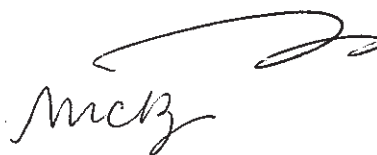
11.9.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.



Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 08 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Mogi das Cruzes, 03 de outubro de 2016.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

A handwritten signature consisting of a large, stylized loop at the top, followed by a long, sweeping curve that ends in a small hook.A handwritten signature that appears to read 'mcbz' in a cursive script, with a large, sweeping flourish above the letters.A handwritten signature consisting of a large, stylized loop with a cross inside it.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio)


**HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E
COMÉRCIO**



Nome: Henrique Borenstein
Cargo: Diretor

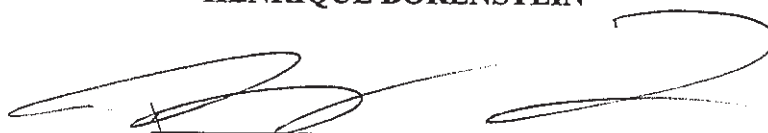


Nome: Maria de Castro Borenstein
Cargo: Diretora



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio)

HENRIQUE BORENSTEIN



MARIA DE CASTRO BORENSTEIN

x 

Testemunhas:



Nome: Raimundo Romeu Felix
CPF: 009.559.058-77



Nome: Jamil de Andrade Soares
CPF: 374.279.018-86

